

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

21 de setembro de 2021



Na semana passada, o presidente do Senado rejeitou uma Medida Provisória enviada pelo Governo. A [MP 1068/2021](#) limitava a remoção de conteúdos nas redes sociais. Sua justificativa foi de que ao criar novas regras para a moderação de conteúdos nas redes sociais, dificultando a retirada de conteúdos falsos, eram contrárias à Constituição. Além disso, caracterizavam exercício abusivo do Poder Executivo e traziam insegurança jurídica. Mesmo assim, [a Presidência enviou para o Congresso um Projeto de Lei com o mesmo conteúdo.](#)

Enquanto isso, o Governo enfrenta uma nova crise. Agora, o tema são os Precatórios, o reconhecimento judicial de uma dívida que o ente público tem com o autor da ação, seja ele pessoa física ou jurídica. O projeto enviado pelo governo ao Congresso permite o parcelamento dos R\$ 89,1 bilhões de precatórios que o governo deverá pagar em 2022. No entanto, a solução não é segura e concorre diretamente com o interesse de implementar um programa de política social a nível nacional.

A Câmara aprovou semana passada o PLP 112/2021 com o novo Código Eleitoral, que agora segue para o Senado. O texto prevê a contagem em dobro de votos em mulheres, indígenas ou negros uma única vez por eleição, para a distribuição de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). A regra também será aplicada na contagem de eleitos, pois esses são os dois critérios principais na repartição. A contagem em dobro valerá até que ocorra paridade política como ação afirmativa. A cota mínima de 30% de cada sexo nas candidaturas lançadas pelos partidos se manteve.

O texto aprovado autoriza a prática de candidaturas coletivas para os cargos para Assembleias Legislativas e Câmaras (sistema proporcional). O partido deverá autorizar e regulamentar essa candidatura em seu estatuto ou por resolução do diretório nacional, mas a candidatura coletiva será representada formalmente por apenas uma pessoa. E na hipótese de vacância do mandato do ou da representante da candidatura coletiva,

tomará posse quem for suplente do respectivo partido político. E no fim da semana, mais um triste caso de violência política. A deputada federal Vivi Reis (PSOL/PA) teve o seu escritório político revirado em Belém. Segundo a parlamentar, não foi a primeira vez que isso aconteceu.

EM PAUTA NA SEMANA DE 13 A 17 DE SETEMBRO

ATÉ O FECHAMENTO DO RADAR, NÃO HAVIA SIDO DIVULGADA A PAUTA DO PLENÁRIO DA CÂMARA

A expectativa é que a Câmara leve à votação três PECs (Propostas de Emenda à Constituição) Após duas sessões de discussões, a Reforma Administrativa ([PEC 32/2020](#)) recebeu novo parecer, [porém não foi à votação](#). A PEC modifica o modelo de contratação dos próximos servidores entre outras medidas relacionadas à administração pública. O Parecer deve ser lido e votado hoje na Comissão Especial.

No Senado, está na pauta a [PEC 13/2021](#), que isenta de responsabilidade gestores públicos pela não aplicação de percentuais mínimos de gastos em educação em 2020 e 2021, devido à pandemia. E deve ter a votação do parecer da senadora Simone Tebet (MDB-MS) à PEC 28/2021, da reforma eleitoral, na CCJ. A Comissão pode vetar o projeto.

COMISSÕES

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vai à votação o [PL 3565/2020](#), da deputada Maria Rosas (REPUBLIC/SP), que altera Estatuto da Pessoa com Deficiência, para explicitar direitos relativos à saúde sexual e reprodutiva da pessoa com deficiência. O [parecer](#) é pela aprovação.

Na Comissão do Esporte, vai à discussão o [PL 4866/2019](#), do deputado Bosco Costa (PL-SE), sobre apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual.

Maria do Rosário (PT/RS) é autora do [PL 7582/2014](#), que define os crimes de ódio e intolerância nos termos da Constituição. O projeto está na Comissão de Segurança Pública, mas o relator, Delegado Éder Maduro apresentou parecer pela rejeição.

Nesta mesma Comissão temos dois projetos que criam um Cadastro Nacional de Agressores de mulheres: [PL 1320/2019](#), do deputado Jaziel (PR-CE); e o [PL 5554/2020](#), da deputada Rejane Dias (PT/PI).

Na Comissão de Seguridade Social e Família, quase todos os projetos da semana passada permanecem:

[PL 4550/1998](#), de Benedita da Silva - (PLS 241/1995): Obriga as empresas que tenham pelo menos 30 trabalhadores a destinar local apropriado para os filhos dos empregados, durante o período de amamentação, até os seis anos de idade.

[PL 7109/2010](#), de Expedito Júnior - (PLS 48/2008): Possibilita a interrupção do estágio da estudante grávida.

[PL 9778/2018](#), de Pompeo de Mattos: Obrigatoriedade dos aplicativos de relacionamento disponíveis no Brasil a realizarem ações virtuais e presenciais de promoção da saúde sexual e reprodutiva e combate ao preconceito e discriminação. Esse tem parecer de Diego Garcia pela rejeição.

AGENDA COMPLETA DAS COMISSÕES [AQUI](#).

RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 13 a 17 DE SETEMBRO

O [PL 1595/2019](#), sobre ações contraterroristas foi aprovado em Comissão Especial e [segue para o Plenário da Câmara Federal](#).

No Senado Federal, o Plenário aprovou o [PL 4968/2019](#), que cria Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; o [PL 486/2021](#), que regulamenta o calendário escolar após pandemia.

E parlamentares conservadores aprovaram três requerimentos no campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos: Na Comissão da Mulher, o [REQ 47/2021](#), do deputado Emanuel Pinheiro Neto para realizar Audiência Pública para debater o [PL 478/2007](#) sobre o Estatuto do Nascituro.

Na mesma comissão, outros dois de autoria da deputada Chris Tonietto: [REQ 50/2021](#), para a realização de Seminário sobre o [PL 434/2021](#), proposta de proteção integral do nascituro;

REQ 51/2021, para a realização de Audiência Pública sobre o PL 4924/2016, que “altera a Lei nº 6259/1975, para incluir a vacina contra o vírus do Papiloma Humano - HPV no Programa Nacional de Imunizações, tendo como beneficiários homens e mulheres na faixa etária dos 9 aos 40 anos.

Para ver mais resultados das Comissões, [clique aqui](#).

NOVOS PROJETOS APRESENTADOS

DE 13 a 17 DE SETEMBRO

Mais uma proposta para tentar impedir o atendimento remoto de mulheres em situação de abortamento. O [PDL 613/2021](#), do Pastor Gil (PL/MA), susta a aplicação do disposto na Recomendação nº 29 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos que determina a execução de serviços de aborto legal via telessaúde.

E como sempre, mais projetos na área de violência contra as mulheres. O [PL 3129/2021](#), da deputada Carla Dickson (PROS/RN), estabelece o atendimento prioritário nos serviços públicos de crianças e adolescentes órfãos em decorrência do feminicídio.

[PL 3133/2021](#), do deputado Luiz Lima (PSL/RJ), cria mecanismos para coibir à violência doméstica e familiar contra pessoas idosas, nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988.

[PL 3210/2021](#), da deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC). Prevê, como efeito da condenação penal pela prática de crime com violência - seja ela contra mulher, pessoa com deficiência, maior de sessenta anos ou menor de dezoito anos - a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. Mesmo que seja direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

[PL 3184/2021](#), do deputado Cleber Verde (REPUBLIC/MA), altera a CLT para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos diagnosticados com espectro autista.

[PL 3132/2021](#), de Darci de Matos (PSD/SC). O PL Regulamenta a pensão das filhas de militares.

VALE A PENA CONFERIR

A PÚBLICA | [Conhecimento indígena inova estratégia de combate a incêndios](#)

A PÚBLICA | [Bayer aposta em “propaganda positiva” após processos por agrotóxicos e contraceptivos](#)

Azmina | [Bolsonaro não usou um terço dos recursos aprovados para políticas para mulheres desde 2019](#)

Portal Catarinas | [Brasil: as regras que puseram o misoprostol “na cadeia”](#)

Patrícia Galvão | [Violências Contra A Mulher E As Novas Criminalizações Tardias](#)

Outras Palavras | [Coluna Baderna Feminista: A Marcha das Mulheres Indígenas fez Brasília pulsar](#)

6



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#) a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).